

perguntas, em determinados contextos. Abre-se a modos múltiplos e diversos de fazer teoria, sem renunciar a uma posição, mas tampouco a tratando como óbvia e natural, a única possível. Reivindica-se a radical historicidade da teoria enquanto tal. Abre-se a e reivindica-se, enfim, um espaço agonístico de possibilidades, a complexidade dos textos, a complexidade da vida.

Luis Gustavo de Paiva Faria

https://doi.org/10.14195/2183-847X_14_16

REFERÊNCIAS

- Araújo, Nabil (2013). Textos-leitura, efeito de montagem: O evento comparatista. *Em Tese*, 19.2: 238-251.
- (2014). “Literariedade, veridicção, historicidade: Habermas, Derrida e a questão do “Nivelamento da diferença de gênero entre filosofia e literatura”, in Roberto Said e Luiz Fernando Ferreira Sá. *Jacques Derrida: Entreatos de Leitura e Literatura* (pp. 87-129) São Paulo: Ateliê Editorial.
- (2020). *Teoria da Literatura e História da Crítica: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- (2022). *Além do paradigma: (sobre o legado de Thomas Kuhn)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Barthes, Roland (1988). Escrever a leitura, in *O rumor da língua* (pp. 40-42). Trad. de Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense.
- Calvino, Italo (1993). *Por que ler os clássicos*. Trad. de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras.

Derrida, Jacques (2005). “Fidelidade a mais de um – Merecer herdar onde a genealogia falta”, in Paulo Ottoni, *Tradução manifesta: double bind & acontecimento* (pp. 167-198). Tradução de Paulo Ottoni. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Edusp.

JAGUARETAMA: O MUNDO IMPERCEPTÍVEL DE “MEU TIO O IAURATÊ”

Carolina Correia dos Santos

Rio de Janeiro: 7Letras/Faperj, 2022.

141 páginas.

Em *Jaguetama: O mundo imperceptível de “Meu tio o Iauratê”*, Carolina Correia dos Santos persegue textualmente a ideia de que o feminismo, como escreveu Paul B. Preciado, não é um humanismo. Dividido em três capítulos, o livro tem como eixo central a novela de Guimarães Rosa e sua vasta fortuna crítica, mas é uma pergunta bastante simples que coloca o dispositivo ensaístico em movimento: e se lêssemos o final de “Meu tio o Iauratê” de outra forma? Se sobrevivesse o onceiro-tornado-onça e não o branco forasteiro? As formas de responder à pergunta não se encerram no conto, mas apontam para os modos de leitura que narram as histórias da literatura e da nação – e de sua interseção – em sua opção pelo moderno e pelo humano. No livro de Santos, o feminismo é mobilizado como uma posicionalidade que permite tomadas de deci-

sões distintas diante das possibilidades de um texto e dos lampejos de futuro. A leitura experimental e relacional que a autora propõe é largamente influenciada pelo treino da imaginação de Gayatri Spivak, pelo ciborgue simpoiético de Donna Haraway e pela inclinação antirretilínea de Adriana Cavarero. Derrida, e sua crítica ao falocentrismo, bem como Deleuze, e a invenção do povo que falta, também animam seu percurso especulativo.

No primeiro capítulo, a crítica e a teoria literária brasileira serão indagadas em suas premissas evolucionistas: a imagem do arbusto e da árvore em Antonio Candido (apropriadas por Moretti) que pressupõem um sistema autônomo e autodeterminado como ponto de chegada e que impõem diretrizes específicas para o campo interpretativo, que deve tornar-se parte dessa força-tarefa e agir em prol de um objetivo específico. A história do campo de estudo da literatura confunde-se, portanto, com a própria história da literatura, justificando-se *a posteriori*: chegar à urbanidade moderna – verdadeiro repositório do humanismo –, afastando os riscos das regressões e dos desvios apresentados pela natureza (separada da cultura), pelo animal, pelo indígena. Talvez seja, então, mais interessante ainda quando Santos demonstra como mesmo entre vozes dissidentes das correntes hegemônicas da crítica e a teoria literária brasileira, o consenso em torno do final da novela – a morte do onceiro-

-tornado-onça – revela, senão a opção pelos ideais civilizatórios ocidentais, a percepção da inevitabilidade da predominância branca em seu embate com o mundo indígena, condenado a uma temporalidade pretérita. Dentro dessa perspectiva, a novela se converte em uma espécie de parábola moral que deve transmitir a superioridade dos poderes da história diante daqueles da estória. A autora também evidencia a aposta problemática em uma miscigenação ou hibridez cuja destinação final seja o monolinguismo português. Para evadir as armadilhas das sínteses subordinadas à “formação”, Santos prefere compreender a transformação performatizada na novela, de onceiro em onça, de canibal em antropófago, seguindo Eduardo Viveiros de Castro, com uma superposição heterogênea, em vez de uma transposição homogênea.

Se a postura ereta do corpo bípede produz uma distância em relação ao bicho, bem como a relação entre *logos* e a expressão, o segundo capítulo se dedicará a perspetivar o animal como um ente a ser considerado. A autora diz tratar-se de uma “leitura que tenta (re) conhecer o limite do homem, o limiar entre ele e o animal, o fim do homem diante do animal” (p. 67). Santos avança a ideia de que, mais do que um pacto narrativo, a novela se configura como uma cena de caça, em que o leitor varia entre posições – a da presa e a do predador. Simultaneamente, é o relato da criação de parentesco entre homem

e onça aquilo que efetivamente possibilita a “fusão ciborgue” entre animal e humano. É a porosidade das fronteiras que lhe interessa aqui, além das sobreposições de pontos de vista: uma mistura, dessa vez, contra o Estado e contra o monohumanismo multiculturalista. Nesse capítulo, outras vozes poéticas são convocadas para pensar o ponto de vista do animal, tais como J.M. Coetzee, Ted Hughes e Adrienne Rich. Entre algumas reflexões memoráveis, talvez esteja a sugestão de que o feminismo também pode ter como ideal uma totalidade categórica, perigo já anunciado por Donna Haraway em seus textos dos anos 80, mas que Santos identifica na poesia de Rich. Teria sido interessante uma leitura feminista do animalismo de Hughes pelo olhar de Sylvia Plath em “Zoo Keeper’s Wife”.

No terceiro capítulo, a mulher — como referente do feminismo situado de Haraway — entra propriamente em cena: é a mãe indígena do onceiro-tornado-onça, Mar’Iara Maria. Se há alguma genealogia a ser prolongada, é a da mãe, irmã do tio Lauratê, e não a do pai branco e vaqueiro, o “pai de todo mundo”. É a família da mãe, a família das onças, que o narrador escolhe. É o fato de ser da família das onças que permite que ele seja primeiro onceiro, pois o caçador deve saber-se fazer indistinguível, em seus movimentos, de sua presa. Observando a permanência matrilinear, Santos afirma, então, que devemos pensar seriamente sobre o possível estupro de Mar’Iara Maria.

A autora convoca Rita Segato e Chinua Achebe para pensar sobre a desintegração dos tecidos sociais e cosmológicos operados pelos processos coloniais. Depois, com Spivak lendo *Desonra*, de J.M. Coetzee, o texto sugere que essa violência pode produzir um começar de novo justamente por renegar a filiação paterna, por interromper a linhagem do homem chamado pelo seu filho de bruto e burro: “O bugre não está perdido, nem confuso, está, isto sim, extremamente localizado: é filho *daquela* mãe índia e do pai de todo o mundo, vive com *aquelas* onças (todas ele chama pelo nome), *nos Gerais* que ele tão bem conhece e não em qualquer lugar”. (p.122).

Incentivado pelo perspectivismo ameríndio, o livro chega às suas páginas finais propondo que a leitura de “Meu tio o lauretê” permite experimentar a transformação da humanidade restrita do ocidente em uma humanidade em comum, multinaturalista. Na novela, o jogo de perspectivas entre presa e predador revela outras humanidades ocultas. Acreditar que o narrador da novela é uma pessoa, e não uma onça, revela uma vitória cosmopolítica por parte da onça, que nos convence de sua humanidade, à medida que ela opera a desumanização do leitor. Essa desumanização convoca não a inferioridade, mas aquilo a que a autora chama de “performance do outro”: a possibilidade de a literatura imaginar outros mundos e outros futuros. Chegamos ao fim, então, com a impressão de que

jaguar se converte em um verbo sempre no infinitivo: um modo de espreita e, portanto, um modo de ler. *Jaguare-tama*, o livro, nos conduz por uma terra reonçada, e aponta, assim, para outras maneiras de imaginar também a teoria e a crítica literária realizadas em torno do abismo chamado Brasil.

Mariana Ruggieri

https://doi.org/10.14195/2183-847X_14_17

**MESTIÇAGEM, IDENTIDADE
E LIBERDADE.**

Antônio Risério

**Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2023
356 páginas, ISBN 978-65-5897-024-8**

Poeta, antropólogo, romancista, tradutor e ensaísta, Antonio Risério possui uma biobibliografia consolidada no meio intelectual brasileiro: de *Caymi: Uma utopia de lugar* (1993) a *As sinhas pretas da Bahia: Suas escravas, suas jóias* (2021), passando por *Textos e tribos* (1993), *A utopia brasileira e os movimentos negros* (2007), *A cidade no Brasil* (2012) e *A casa no Brasil* (2019), dentre outros títulos, Risério atuou em oposição ao regime militar brasileiro, junto à organização clandestina de esquerda Política Operária (Palop), chegando a ser detido; editou revistas de poesia experimental, integrou grupos de trabalho responsáveis pela implantação de diversas fundações e centros de referência cultural, foi criador e diretor do projeto de proteção e recuperação dos

terreiros de candomblé de Salvador, realizou argumentos e roteiros para televisão, teve composições suas gravadas por reconhecidos nomes da música popular brasileira, fez parte dos núcleos de criação e estratégia das campanhas presidenciais de Lula da Silva em 2002 e 2006, de Dilma Rousseff em 2010, passando a atuar junto a Eduardo Campos (Partido Socialista Brasileiro) até 2014, em decorrência de seu rompimento político e ideológico com o Partido dos Trabalhadores. Não é fácil apresentar uma figura desta monta, e este é apenas o resumo do esboço biobibliográfico que acompanha o recente *Mestiçagem, Identidade e Liberdade*, publicado no Brasil pela Topbooks Editora em 2023.

Talvez ainda mais difícil seja apresentar este seu último livro no turbilhão destes nossos tempos, uma vez que a sua proposta não é nada menos que a de se atirar ao seu centro, pelo menos ao centro do que Eduardo Lourenço, evocado por Risério, denominou por “tempo brasileiro”. Para tanto, o autor não economiza na ênfase e naquilo que se poderia considerar como “tom polêmico” – mas isto é apenas dizer que Risério é Risério, vã tautologia. Peço que me relevem uma última vanidade, espero eu, a qual consistirá em cometer aqui uma das tantas grosserias (ou ausências do que dizer) que têm caracterizado parte significativa das recepções críticas contemporâneas: projetar sobre o texto a sombra do que se espera dele, mas que não está lá, isto é, observar e discorrer sobre o que não foi dito ou